

## ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO EM PEDAGOGIA: PERSPECTIVAS INICIAIS A PARTIR DO ESTADO DE CONHECIMENTO



<https://doi.org/10.56238/arev6n1-004>

Data de submissão: 26/08/2024

Data de Publicação: 26/09/2024

**Joice Alves Santos de Jesus**

Licenciatura em Pedagogia

Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Campus XI Serrinha-BA

E-mail: joialves5566@gmail.com

**Selma Barros Daltro de Castro**

Doutora em Educação

Profª Adjunta da UNEB/Campus XI Serrinha-BA

E-mail: scastro@uneb.br

**Nayana Sepúlveda Suzart**

Doutoranda em Educação/UNEB

Faculdade Anísio Teixeira Feira de Santana-BA

E-mail: nayana.sepulveda@gmail.com

### RESUMO

O estágio não obrigatório se constitui como espaço/tempo de formação para além do espaço formal escolar ou acadêmico, aproximando o estudante do seu campo de atuação. Com abordagem qualitativa, a pesquisa foi inspirada no Estado de Conhecimento (EC) ou Estado da Arte. A questão de pesquisa se constituiu em: como tem se apresentado a discussão acerca do estágio não obrigatório em Pedagogia, a partir do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em nível de dissertação, entre os anos de 2019 a 2022? Como objetivos foram definidos: a) analisar o estágio não obrigatório para estudantes de Pedagogia a partir das produções existentes na BDTD com recorte temporal de 2019 a 2022; b) mapear as produções existentes e disponíveis no banco de dados da BDTD, sobre Estágio não obrigatório no curso de Pedagogia. Fundamenta-se em Buriolla (2011), Kulcsar (2012), Pimenta e Lima (2017), Gil (1999), Morosini (2015), Rodrigues; Oliveira; Santos (2021), Tardif (2002), Vosgerau e Romanowisk (2014). Os resultados comprovam que há pouca produção disponível sobre a temática e que o estágio não obrigatório em Pedagogia, apesar de limitações apontadas, continua sendo espaço formativo e interesse dos estudantes.

**Palavras-chave:** Estágio Não Obrigatório. Estado do Conhecimento. Pedagogia.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco a discussão acerca do estágio não obrigatório, que se constitui como espaço/tempo de formação para além do espaço formal escolar ou acadêmico, potencializando a aproximação dos futuros profissionais com as perspectivas, conhecimentos, desafios e possibilidades do universo no mundo do trabalho, com ênfase no campo de atuação escolhido.

O estágio não obrigatório é fundamental para aprimorar os conhecimentos sobre o ambiente onde o futuro profissional atuará, com possibilidade de trazer implicações para a constituição identitária no âmbito do trabalho e, ainda, de acordo com Buriolla (2011) é local privilegiado para que o estudante, em formação profissional, articule a relação entre teoria e prática, por meio da inserção na área em que irá exercer quando finalizar a formação acadêmica.

Atualmente o estágio curricular não obrigatório tem regulamentação legal, a Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008, que apresenta aspectos sobre as normas do estágio como: a duração, os requisitos, bolsa-auxílio, o seguro contra acidentes pessoais, a supervisão, férias, carga horária e o termo de compromisso sobre o estágio não obrigatório.

A aproximação com o estágio não obrigatório se deu a partir das experiências vivenciadas durante o curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha, ainda no ano de 2019, quando percebeu-se, na oralidade de alguns estudantes, que a participação como estagiário nessa modalidade permitiria conciliar estudos e trabalho numa mesma área, além da garantir uma remuneração que colaborasse para a manutenção e permanência na universidade.

Muitos estudantes precisavam garantir a sua manutenção na universidade, sem se afastar do seu futuro campo de atuação profissional, por isso, buscam vagas de estágio não obrigatório e procedem o cadastramento junto aos institutos de captação de estagiários, a saber: 1) o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e 2) o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); dessa forma, ainda na graduação em Pedagogia, realizam o estágio não obrigatório em escolas públicas municipais de Serrinha-Ba e ficam até dois anos em atividades de estágios não obrigatórios, experienciando as nuances relativas ao exercício profissional como pedagoga, sua vinculação direta com o processo escolar de crianças, possibilitando o conhecimento de aspectos relativos à atuação profissional que irão exercer.

Importa ressaltar que a atividade desenvolvida no estágio não obrigatório na UNEB também é contabilizada para fins de registro de horas de atividades complementares<sup>1</sup> de estudantes de Pedagogia,

---

<sup>1</sup> Atividades Acadêmico Científico Culturais - AACC obrigatórias na integralização dos cursos de Licenciaturas e têm por finalidade aprofundar, ampliar e consolidar a formação acadêmico cultural do discente, disciplinado pela Resolução nº 1.150/2010 da UNEB.

aspecto que tem relação com o cenário da política de formação docente, vez que é regulamentado pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que assevera 200 horas de atividades teórico-práticas com intuito de aprofundar em áreas específicas de interesse do estudante. Isso tem mobilizado alguns estudantes de Pedagogia, do Campus XI, a optarem por participar dos processos seletivos para estagiários promovidos pelo IEL e CIEE.

Os aspectos elencados acima, além do fato de não ter encontrado no Colegiado de Pedagogia da UNEB, Campus XI, produções de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de estudantes que problematizem o estágio não obrigatório como campo de estudo, levaram a definir como objeto de pesquisa para produção de artigo final, com vista à conclusão da formação acadêmica, o estágio não obrigatório no curso de Pedagogia, a partir da perspectiva metodológica inspirada no estado de conhecimento.

Nesse sentido, a questão de pesquisa se constituiu em: como tem se apresentado a discussão acerca do estágio não obrigatório em Pedagogia, a partir do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em nível de dissertação, entre os anos de 2019 a 2022? Como objetivos foram definidos: a) analisar o estágio não obrigatório para estudantes de Pedagogia a partir das produções existentes na BDTD com recorte temporal de 2019 a 2022; b) mapear as produções existentes e disponíveis no banco de dados da BDTD, sobre estágio não obrigatório no curso de Pedagogia.

Para embasar essa pesquisa utilizou-se Buriolla (2011), Kulcsar (2012), Pimenta e Lima (2017), Gil (1999), Morosini (2015), Rodrigues; Oliveira; Santos (2021), Tardif (2002), Vosgerau e Romanowisk (2014). O artigo está estruturado em cinco seções organizadas da seguinte forma: a primeira seção que é a introdução; a segunda seção é a abordagem teórica que trata sobre o estágio e a legislação; a terceira seção vai abordar sobre o estágio não obrigatório e interseções com a formação de professores; a quarta seção apresenta o percurso metodológico; a quinta seção é a análise de dados; e a sexta seção traz as considerações finais.

## **2 O ESTÁGIO E A LEGISLAÇÃO**

O estágio está regulamento pela Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008, que conceitua o estágio como ato educativo e uma preparação do aluno para o trabalho produtivo e a vida cidadã. Em seu artigo 2º, estabelece que o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, o obrigatório é exigido pelas instituições como requisito para aprovação e obtenção de diploma. O não-obrigatório, é opcional, o aluno decide se quer fazer ou não. Ambos os estágios proporcionam aos estudantes conhecimentos e experiências, desde que realizados com responsabilidade e dedicação.

A prática do estágio não obrigatório às vezes se restringe aos estudantes de ensino superior e programas profissionalizantes, pois, alguns alunos do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem não estar cientes de seu direito à participação em estágios, mas conforme estipulado no artigo 1º da Lei nº 11.788/2008:

[...] Visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008).

Nesse sentido, percebe-se que o estágio abrange diversos níveis de ensino, e em cada um deles com um objetivo específico, no ensino médio proporciona aos alunos a inserção no mundo do trabalho, podendo desenvolver habilidades como comunicação, responsabilidade e trabalho em equipe. Na EJA permite que os educandos que estão retornando a escola tenham oportunidade de adquirir experiências. Na educação profissional permite que os estudantes apliquem o que aprenderam em sala de aula no espaço de trabalho da futura área de atuação. No ensino superior o estágio é uma oportunidade de atuar na sua área de estudo. E em todos eles o estágio é uma forma de preparar o estudante para o trabalho produtivo.

Em relação à remuneração do estágio não obrigatório, no artigo 12, a lei estabelece que os estagiários podem receber uma bolsa ou outra forma de compensação, e essa compensação é obrigatória, bem como o auxílio transporte:

O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social (Brasil, 2008).

Mesmo contendo essa remuneração, é importante destacar que os artigos 3º e 15º da legislação do estágio, estabelece que o estágio não tem vínculo empregatício, ou seja, mesmo que o estagiário realize tarefas e adquira experiências em um ambiente de trabalho, ele não terá os mesmos direitos e benefícios que os trabalhadores de carteira assinada, previstos na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), como: hora extra, depósito de FGTS, aviso prévio, 13º salário, entre outros. Em vez disso, o

estágio é uma oportunidade educacional que permite ao estudante enriquecer a sua formação acadêmica.

A lei estipula, em seu artigo 8º, que as instituições de ensino têm a opção de estabelecer acordos para a realização de estágios com entidades tanto públicas quanto privadas. E que estes acordos devem detalhar o aspecto educacional presente nas atividades planejadas para os alunos, ou seja, as instituições e as entidades de ensino devem descrever como as atividades do estágio contribuirão para a educação e formação dos alunos.

O estágio não obrigatório é regido pelo Termo de Compromisso que consiste em um acordo formal entre o estudante, a instituição de ensino na qual o estudante está matriculado e a empresa que oferece o estágio. A legislação determina que no Termo de Compromisso deve constar as cláusulas que nortearão o contrato de estágio. Ainda conforme a lei, o Termo de Compromisso pode ser finalizado a qualquer momento.

Por fim, fica evidente que a lei tem todo um cuidado para que o estágio não obrigatório tenha como objetivo o aprendizado do educando, mas para que isso se concretize é importante que todos os envolvidos no Termo de Compromisso tenham consciência desse objetivo e trabalhem em prol de realizá-lo.

### **3 O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E INTERSEÇÕES COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

O aprendizado é adquirido por meio de estudos, observações, práticas e vivências e o estudante ao ingressar em uma universidade tem por objetivo aprender como exercer a sua futura profissão, e isso é possível através da junção teoria e prática. Uma forma de tornar esse aprendizado mais efetivo é através do estágio, pois, nele o aluno trabalha na sua área como aprendiz. É relevante destacar que nos cursos de licenciatura do ensino superior, exige que o estudante realize o estágio supervisionado curricular obrigatório, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015: O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, é essencial ressaltar que cada curso de graduação se organiza de acordo com suas próprias normas e regulamentos para atender às exigências de carga horária estipuladas para o estágio obrigatório. No curso de Pedagogia da UNEB, DEDC/Campus XI, o aluno precisa realizar três estágios obrigatórios: o 1º em espaço não escolar, o 2º na educação infantil e o 3º nos anos iniciais: ensino fundamental. Essas disciplinas possuem uma carga horária maior que as demais, pois exige que

o aluno dedique tempo para ir a campo realizar observações, produzir um projeto de intervenção e em sequência iniciar o período de regência sendo supervisionado pelo docente da universidade. Percebe-se que todo processo de estágio é devidamente orientado e supervisionado por um professor responsável, que desempenha o papel fundamental de fornecer o suporte necessário para o estagiário.

Nos estágios de cursos de licenciatura é possível fazer a relação entre teoria e prática, associando o conteúdo que aprende nas disciplinas acadêmicas com a realidade escolar, isso colabora para que o discente se torne um ser reflexivo crítico, que mesmo com o tempo curto, busca meios criativos para inovar em sua prática pedagógica. É importante ressaltar que:

O estágio não pode ser encarado como uma tarefa burocrática a ser cumprida formalmente, muitas vezes desvalorizado nas escolas onde os estagiários buscam espaços. Deve, sim, assumir a sua função prática, revisada numa dimensão mais dinâmica, profissional, produtora, de troca de serviços e de possibilidades de abertura para mudanças (Kulcsar, 2012, p.59).

O estágio constitui-se como um contato do estudante em sua área de atuação, nesse sentido, faz-se necessário que esse momento seja acolhedor, pois o estagiário já vem com uma bagagem de medos, inseguranças e dúvidas e, quando não é bem recepcionado cria uma imagem ruim daquele ambiente. É preciso existir uma relação pedagógica entre escola e estagiários:

A relação pedagógica é nesse sentido uma relação entre dois sujeitos aquele que ensina e aquele que aprende mediado pelo conhecimento, o primeiro coloca à disposição do segundo pela mediação metodológica, não o objeto incide do conhecimento cuja ciência precisa ser desvendada mais o conhecimento historicamente produzido sobre esse determinado objeto o qual se torna por sua vez o objeto na relação com o sujeito que aprende (Boulos, 2012, p.89).

Com essa perspectiva, compreende que o estagiário é um aprendiz e que precisa de um mediador em seu processo de inserção na sala de aula, o conhecimento nesse sentido vai ser construído por meio de orientações, estudos, diálogos com pessoas experientes na área, e com observações participativas. No estágio, o educando precisa se colocar à disposição para ampliar seus horizontes e estar preparado a enfrentar os desafios da realidade escolar.

Ao adentrar a sala de aula, o estudante precisa ter em mente qual seu objetivo, que professor ele almeja ser, quais práticas irão nortear seu processo de estágio. Nesse sentido, as autoras Pimenta e Lima (2017) chamam a atenção para a prática como imitação de modelo, pois:

[...] reduz-se a observar os professores em aula e imitar esses modelos, sem proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se

processa. Assim, a observação se limita à sala de aula, sem análise do contexto escolar, e espera-se do estagiário a elaboração e execução de ‘aulas-modelo’ (Pimenta; Lima, 2017, p. 15).

Dessa forma, compreende-se que o estágio, sendo um ato educativo, não deve ser reduzido a imitação de um modelo, pois, nenhuma escola é igual a outra; cada escola tem a sua realidade e o estagiário precisa se adequar a essa realidade e não o contrário, uma vez que a prática por imitação de modelo não produz resultados positivos.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

Pesquisar é um processo complexo, que exige investigação, coleta de dados e análise de informações, a fim de adquirir conhecimento sobre um assunto, para tanto é fundamental definir uma abordagem adequada para obter qualidade no resultado do trabalho. Esse artigo possuiu abordagem qualitativa, pois, de acordo com Gil (1999), a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, ou seja, ela se preocupa em explorar as perspectivas da temática em questão. Sob esse foco, os autores Rodrigues; Oliveira; Santos (2021, p.162) ressaltam que “[...] o que validará cientificamente a pesquisa qualitativa é a credibilidade da investigação baseada em coerência, percepção e na descrição dos fenômenos de maneira impessoal”. Concordando com esses princípios, a opção metodológica adotada teve inspiração no Estado do Conhecimento (EC).

O Estado do Conhecimento, também denominado de Estado da Arte, tem por objetivo analisar produções científicas sobre uma temática escolhida, delimitando um período, e sistematizando os assuntos nele abordado. De caráter bibliográfico, as pesquisas de EC, segundo Morosini (2021, p.125), “possibilita conhecer o que está sendo pesquisado e as abordagens utilizadas por cada área ou temática [...]”. Observa-se que esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador uma reflexão acerca do assunto estudado, neste caso o estágio não obrigatório no curso de Pedagogia.

Nessa perspectiva, o EC não está restrito a identificação de produções, como resalta Vosgerau; Romanowisk (2014), esse tipo de pesquisa tem o intuito de analisar, categorizar e mostrar os múltiplos enfoques e perspectivas acerca de um determinado tema. Além disso, essa pesquisa tem como característica a ruptura dos pré-conceitos, pois, o pesquisador quando escolhe uma temática tem inúmeras crenças, opiniões e saberes sobre o tema, baseado em experiências do cotidiano.

A utilização do EC como opção metodológica gera possibilidades de transformação e produção de conhecimento, tendo em vista que o pesquisador supera a perspectiva de conhecer apenas pelo contexto e fato social para conhecer, por meio do saber científico (Morosini, 2015), exigindo do pesquisador a adoção de uma abordagem imparcial acerca do assunto, intencionando o fazimento de

pesquisa científica. Nessa perspectiva, a inspiração metodológica no EC subsidiou as ações desenvolvidas desde a seleção do banco de dados ao processo de análise dos dados encontrados.

No processo de seleção, mapeamento e análise dos dados, foram utilizadas quatro etapas a seguir:

- Primeira etapa: Consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD foi desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), e “integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa do Brasil” (IBICT, 2020).

Figura 1- página inicial do portal da bddd



Fonte: <https://bddd.ibict.br>

O acesso foi feito em setembro de 2023 para identificar os trabalhos vinculados ao objeto de pesquisa com o descritor “estágio não obrigatório em Pedagogia”.

- Segunda etapa: Mapeamento e seleção das produções existentes e disponíveis no banco de dados da BDTD, sobre estágio não obrigatório no curso de Pedagogia.
- A pesquisa teve como resultado de busca o total de 82 (oitenta e dois) trabalhos, sendo 20 (vinte) teses e 62 (sessenta e duas) dissertações. Em sequência foi feita uma seleção que utilizou como critério o título dos trabalhos e foram selecionadas a princípio 10 (dez) dissertações. Nessa etapa fez-se um quadro demonstrativo dos trabalhos selecionadas sobre estágio não obrigatório na área da educação.
- Terceira etapa: Leitura dos resumos das 10 (dez) dissertações a fim de identificação da relação do tema com os trabalhos selecionados, com intuito de escolher apenas os que

tivessem vínculo com o estágio não obrigatório no curso de Pedagogia, utilizando um recorte temporal de 2019 a 2022.

- Quarta etapa: Descrição e análise dos trabalhos.
- Nessa etapa, o quadro demonstrativo foi atualizado substituindo as dissertações realizadas nos anos anteriores ao ano de 2019. Sendo selecionadas para análise 5 (cinco) dissertações. Em sequência realizou a descrição dos trabalhos identificando a metodologia, objetivos e referenciais teóricos utilizados, também foi construído um quadro demonstrativo apresentando a localização geográfica das dissertações e por fim analisou-se as obras têm relações entre si, as implicações sobre a temática, e quais os resultados encontrados pelos autores no que se refere ao estágio não obrigatório no curso de Pedagogia.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos por meio das pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) revelaram a existência de 82 (oitenta e dois) trabalhos relacionados ao estágio não obrigatório. Inicialmente, ao observar os dados sem nenhuma análise aprofundada, eles parecem indicar uma quantidade significativa de pesquisas relacionadas à temática. No entanto, após uma análise mais detalhada, a partir da leitura dos títulos, alterou completamente a interpretação dos dados, sendo selecionadas 10 (dez) dissertações e nenhuma tese que tivesse vínculo com o estágio não obrigatório, conforme dados apresentados no quadro 1 (um):

Quadro 1- dissertações encontradas com relação ao estágio não obrigatório na área da educação.

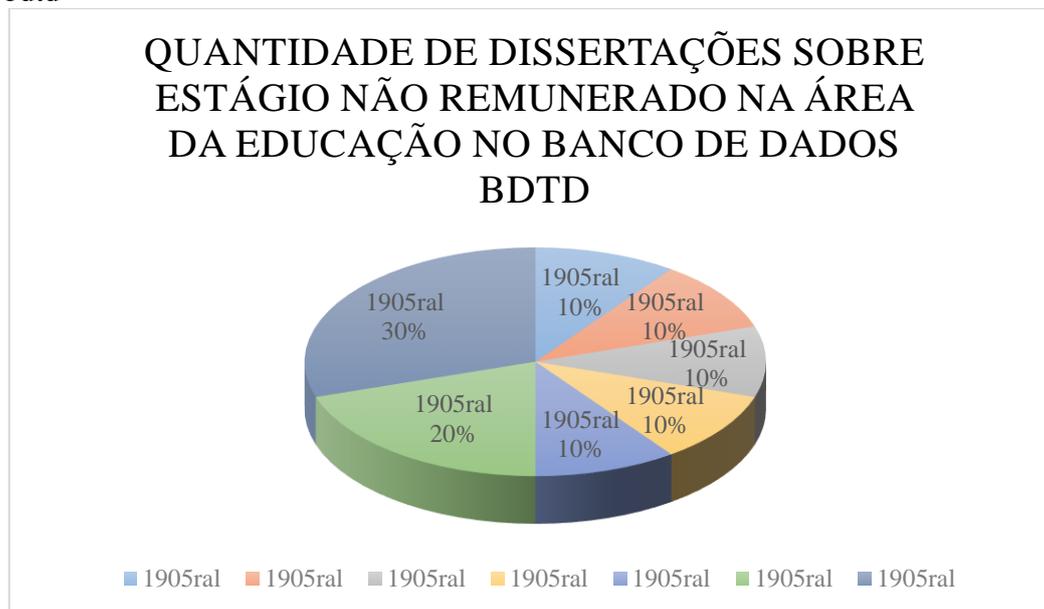
o	Título	Ano	Autor(a)	Nível
1	Estágio não obrigatório: gestão de seu acompanhamento no ensino superior	2014	Maricéia Machry	Mestrado
2	O programa bolsa estágio formação docente e a formação inicial de professores no estado do espírito santo: uma experiência de aprendizagem da docência	2015	Adriane Fin	Mestrado
3	Imagens em claro/escuro: o cenário do estágio não obrigatório na formação inicial de graduandas dos cursos de pedagogia	2016	Leide Dayana Pereira De Freitas Costa	Mestrado
4	Fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório no curso de pedagogia da universidade federal do rio grande do norte	2018	Teresinha Pereira Da Rocha	Mestrado
5	(Des) caminhos da valorização docente: o estágio não obrigatório na educação infantil em redes municipais de educação da microrregião de irati-paraná	2019	Maria Letícia Neves	Mestrado
6	A realização de estágio não obrigatório por estudantes de cursos de licenciatura em pedagogia: impactos e interesses	2020	Sandra Cristina Demschinski	Mestrado

7	A prática do estudante estagiário remunerado com educandos que apresentam deficiência	2020	Louise Sayonara Guedes Pereira	Mestrado
8	Estágios não obrigatórios na educação infantil: processos formativos de acadêmicas dos cursos de pedagogia/ufsm	2022	Fabiane Bayer	Mestrado
9	Implicações teórico-práticas do estágio não obrigatório na formação do pedagogo: a leitura dos discentes do curso de pedagogia formados na ufms/cptl em 2019	2022	Felipe De Lima Silva	Mestrado
0	O estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na educação infantil	2022	Maria Edinéia Sousa Vargas Pretto	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A representação gráfica desses dados, evidenciadas a seguir, na figura 2 (dois) demonstra um crescente interesse pela pesquisa sobre a temática em questão entre os anos de 2014 a 2022, sendo que em 2022, registra-se um total de 30% dos trabalhos disponíveis. É possível inferir que o aumento na produção científica se dá em função do aumento de contratos na modalidade de estágio não obrigatório.

Figura 2 - quantidade de dissertações sobre estágio não obrigatório na área da educação no banco de dados da bdtD



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após essa seleção, utilizando como critério o título e no intuito de não perder o foco do objetivo da pesquisa, foi feita a leitura dos resumos de todas as dissertações a fim de selecionar apenas as que tivessem relação com o estágio não obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia, com o recorte temporal de 2019 a 2022, e chegaram-se as informações apresentadas no quadro 2 (dois):

Quadro 2 - dissertações disponíveis sobre estágio não obrigatório no curso de licenciatura em pedagogia no período de 2019-2022

o	Título	Ano	Autor(a)	Nível
	(Des) caminhos da valorização docente: o estágio não obrigatório na educação infantil em redes municipais de educação da microrregião de irati-paraná	2019	Maria Letícia Neves	Mestrado
	A realização de estágio não obrigatório por estudantes de cursos de licenciatura em pedagogia: impactos e interesses	2020	Sandra Cristina Demschinski	Mestrado
	Estágios não obrigatórios na educação infantil: processos formativos de acadêmicas dos cursos de pedagogia/ufsm	2022	Fabiane Bayer	Mestrado
	Implicações teórico-práticas do estágio não obrigatório na formação do pedagogo: a leitura dos discentes do curso de pedagogia formados na ufms/cptl em 2019	2022	Felipe De Lima Silva	Mestrado
	O estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na educação infantil	2022	Maria Edinéia Sousa Vargas Pretto	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir da leitura dos resumos das dissertações foram selecionadas para análise as produções de Neves (2019), Demschinski (2020), Bayer (2022), Silva (2022) e Pretto (2022), pois todas as produções são do curso de mestrado e estão diretamente ligadas ao estágio não obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia. Sendo três para o Mestrado em Educação (NEVES, 2019; DEMSCHINSKI, 2020; SILVA, 2022; PRETTO, 2022), e uma para o Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional (Bayer, 2022).

É importante destacar que dessas dissertações, três foram no estado do Paraná como pode ser evidenciado pelas informações das instituições sede da produção, apresentadas no quadro 3 (três):

Quadro 3: dissertações e localizações geográfica

Autor (ano)	Instituição	Cidade/estado	Entidade mantenedora
Maria Leticia Neves (2019)	Universidade estadual do centro-oeste, unicentro	Irati/pr	Publica
Sandra Cristina Demschini (2020)	Universidade estadual de ponta grossa	Ponta grossa- pr	Pública
Fabiane Bayer (2022)	Universidade federal de santa maria	Santa maria-rs	Pública
Felipe De Lima Silva (2022)	Universidade federal do mato grosso do sul	Três lagoas/ms	Pública
Maria Edinéia Sousa Vargas Pretto (2022)	Universidade estadual do oeste do paraná – unioeste centro de ciências humanas	Francisco beltrão-pr	Pública

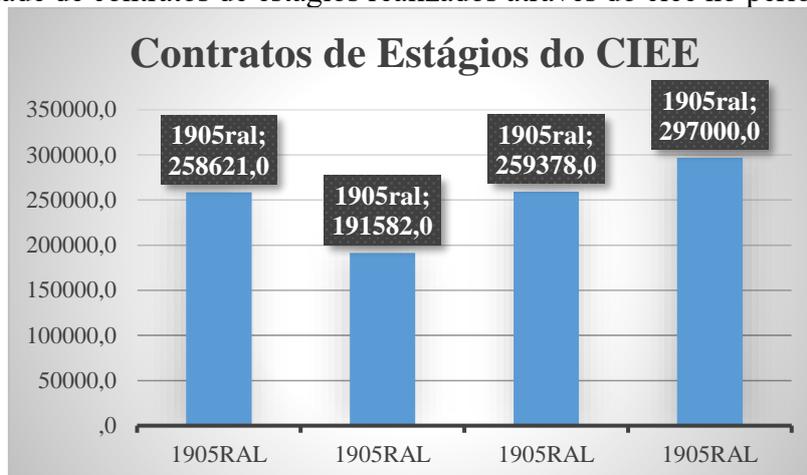
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Percebe-se através desse quadro que o Paraná se destacou em produções acerca da temática, isso demonstra que esse estado já considera o estágio não obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia como um objeto de pesquisa em trabalhos acadêmicos. Além disso, observa-se que nenhuma dessas dissertações foi na Bahia, fato que demonstra que o estágio ainda é um objeto de pesquisa latente nessa região.

Observa-se que dessas a maior quantidade de dissertações produzidas foi no ano de 2022, um total de 03 (três) trabalhos, mais uma vez, reforçando a perspectiva de que estágio não obrigatório vem ocupando interesse acadêmico de pesquisas.

Esse crescimento de estudos e interesses pode ser relacionado ao papel ocupado pelo estágio não obrigatório no contexto educacional e ao aumento das contratações dessa categoria, o que pode ser comprovado pelas informações disponibilizadas no site do CIEE, referente a todo território brasileiro, apresentadas na figura 3 (três):

Figura 3: quantidade de contratos de estágios realizados através do ciece no período de 2019 a 2022



Fonte: Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE, (2019-2022), organização autoral (2023).

Os dados acima revelam um expressivo crescimento da contratação de estagiários entre os anos de 2019 a 2022, mesmo com a queda nos números em 2020, provavelmente em função do acometimento da Pandemia da COVID-19. Com esses dados se especula o crescimento na construção de dissertações.

No quadro 4 (quatro), são apresentadas algumas informações das dissertações selecionadas como título, autor, principais referenciais teóricos, metodologia e objetivo. A partir disso, foi possível estabelecer uma conexão entre os trabalhos, bem como fazer uma análise dos principais pontos pesquisados acerca da temática estágio não obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Quadro 4 - descrição das dissertações selecionadas

Titulos	Autores	Fundamenta ção teórica	Metodologia	Objetivo
(Des) caminhos da valorização docente: o estágio não obrigatório na educação infantil em redes municipais de educação da microrregião de Irati-Paraná	Maria Letícia Neves	Antonio Gramsci	Metodologia histórico-dialética	Identificar as implicações das configurações atuais do estágio não obrigatório na Educação Infantil, como um dos mecanismos para a valorização e atratividade para o ingresso na carreira docente em quatro redes municipais de Educação da Microrregião de Irati-Paraná.
A realização de estágio não obrigatório por estudantes de cursos de licenciatura em Pedagogia: impactos e interesses	Sandra Cristina Demschinski	Antônio Gramsci	Metodologia histórico-dialética	Desvelar os interesses presentes no processo de contratação de estagiários dos cursos de Licenciatura em Pedagogia.

Estágios não obrigatórios na educação infantil: processos formativos de acadêmicas dos cursos de Pedagogia/UFMS	Fabiane Bayer	Pimenta (2017); Freire (2013); Ostetto (2012); Tardif (2014); Minayo (1993);	Abordagem qualitativa	Entender como os estágios não obrigatórios nas turmas de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino repercutem na formação acadêmica das estudantes dos cursos de Pedagogia da UFMS
Implicações teórico-práticas do estágio não obrigatório na formação do pedagogo: a leitura dos discentes do curso de pedagogia formados na UFMS/CPTL em 2019	Felipe De Lima Silva	Kulcsar (1991), Perrenoud (2002), Pimenta (1999, 2005, 2011, 2012); Tardif (2002)	Abordagem qualitativa	Compreender a incidência teórica e prática do Estágio Não Obrigatório no processo de formação dos professores, a partir da experiência dos discentes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), formados no ano de 2019 e que atuam/atuarão na educação durante os anos de 2020/2021.
O estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na educação infantil	Maria Edineia Sousa Vargas Pretto	Pimenta (2011), Saviani (2009), Marx (2009), Pimenta e Lima (2012),	Abordagem crítico-dialética	Desvelar como vêm ocorrendo, ao nível regional, a inserção e o trabalho dos estagiários remunerados nos espaços dos CMEIs, e as implicações inerentes em sua formação e valorização enquanto futuro profissional docente.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Após leitura das dissertações, percebeu-se que apesar de terem sido escritas em contextos diferentes, elas apresentam semelhanças entre si, principalmente na concepção do estágio não obrigatório, isto porque todas atribuem ao estágio não obrigatório como um processo formativo. Outro aspecto importante, observado nos objetivos do quadro 4 (quatro), é que o foco das pesquisas é analisar e investigar como vêm ocorrendo as contratações dos estagiários e qual a influência dos estágios em Pedagogia na formação acadêmica e profissional.

Os 5 (cinco) autores das dissertações selecionadas concordam ao dizer que o estágio não obrigatório é carente de produções acadêmicas. Além disso, esses pesquisadores convergem em sua avaliação de que o estágio não obrigatório é uma prática viável para o estudante conciliar estudos e trabalhos e consiste também em um processo formativo, posto que descreve a experiência do trabalho como fonte privilegiada para o conhecimento, como defende Tardif (2002), ressaltando assim o quão importante é o estágio para proporcionar uma formação significativa. Por outro lado, os autores identificaram que o estágio não obrigatório tem enfrentado desvio de seu objetivo inicial, que é ser um ato educativo, por motivos que vão desde os baixos valores pagos nas bolsas, carga horária alta até funções inadequadas para o contexto em que o estudante está inserido:

Na prática, a Lei 11.788/2008 acaba por oferecer uma série de brechas que levam a burlarem-na e, fazendo com que as contratações que se dão dentro do contexto do estágio não obrigatório (ENO), não sejam respeitadas pela instituição contratante. Além de colocar estudantes em formação para exercer atividades que devem ser desenvolvidas por profissionais capacitados, as escolas, ou empresas que contratam esses estagiários, não respeitam o Projeto Pedagógico do Curso, fazendo com que as atividades sejam desenvolvidas distante da realidade formativa necessária para um pedagogo, por exemplo (Silva, 2022, p.21).

Dessa forma, é importante refletir e discutir sobre essas questões, e observa-se que a falta de fiscalização é o principal aspecto que contribui para que o estágio não obrigatório continue passando por essas dificuldades e distanciando do seu papel formativo.

Três das dissertações, a saber Neves (2019); Pretto (2022); Bayer (2022) tem seu foco de pesquisa no estágio não obrigatório na educação infantil, tendo como justificativa que é o nível de ensino com maior quantidade de estagiários, em alguns casos assumindo a responsabilidade de docente:

[...]como não há professores concursados suficientes para atender o número de crianças matriculadas e substituir os docentes em licença e cobrir a hora-atividade, quem acaba assumindo estas funções, muitas vezes ficando sozinho com a turma, é o estagiário (Neves, 2019, p.118).

O que de fato se constitui como um problema, pois pela Lei 11.788/08, no artigo 3º, o estagiário deve ser acompanhado pelo professor orientador, além de ser supervisionado pela parte concedente:

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7.º desta lei e por menção de aprovação final (Brasil, 2008).

É importante ressaltar que em todas as dissertações trazem uma crítica de que o estágio, não obrigatório, é inicialmente concebido como uma oportunidade de aprendizado, mas que frequentemente se depara com implicações e incógnitas que o torna uma ferramenta de exploração de mão de obra barata e desvalorização do trabalho docente.

Neste sentido, compreendemos até aqui que a forma como vem ocorrendo a contratação de estagiários, e principalmente a falta de acompanhamento do estágio, constitui uma burla à Lei

Nº 11.788/08 a qual dispõe sobre o estágio de estudantes, pois as brechas legais impactam sobremaneira na carreira dos profissionais da educação, tendo em vista que representa contratação de mão de obra barata em detrimento da valorização dos profissionais habilitados (Demschinski, 2020, p.16).

Essa situação afeta não só o graduado na área da educação, que corre o risco de não conseguir emprego, como também afeta a educação em geral, pois muitas vezes substitui um profissional por um estagiário, comprometendo o exercício profissional qualificado no contexto escolar, e a qualidade da educação, assim como exercendo práticas de exploração de mão de obra.

As dissertações tiveram resultados semelhantes, com exceção de Bayer (2022), que encaminhou sua pesquisa para importância do estágio na formação do estudante, tendo como resultado que a teoria e prática são vistos como aspectos separados, e que o professor-formador e estagiário são aliados e fazem uma relação de parceria onde um auxilia o outro. As demais pesquisas Neves (2019); Demschinski (2020); Silva (2022) e Pretto (2022), apontaram em seus resultados uma preocupação para o caminho que o estágio não obrigatório está seguindo, afastando-se do seu viés formativo, abrindo brechas para desvalorização docente, além de estar se configurando como um retrocesso em relação aos direitos conquistados no que se refere as lutas da classe trabalhadora, em concordância com Pretto (2022):

Pelo que ficou constatado, o estágio só será de fato uma experiência completa, enriquecedora, formadora de profissionais cada vez mais bem preparados para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo se houver o comprometimento e envolvimento da tríade responsável pelo processo de estágio, ou seja, da instituição de ensino, parte concedente e agência de integração e se observados sempre os dispositivos legais disciplinadores da categoria (Pretto, 2022, p. 121).

Nessa perspectiva, os autores das dissertações ressaltam a importância da fiscalização nos estágios e do compromisso com a educação. Ao mesmo tempo que incentivam o reconhecimento dessa temática, para os órgãos públicos criarem mecanismos em favor de melhorias para o grupo de estagiários.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio não obrigatório nos cursos de Licenciatura em Pedagogia está ocupando um espaço significativo nas escolas, e o maior interesse dos estudantes é pelo fato de que, através do estágio, conseguem adquirir experiência ao mesmo tempo que são remunerados pelo trabalho que exercem.

Importa destacar que o trabalho aqui desenvolvido revelou carência na produção de estudos disponíveis na BDTD acerca da temática de estágio não obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil, com destaque para o fato de que dos 10 (dez) trabalhos disponíveis nenhum se refere a contextos vivenciados na Bahia. Tal cenário, contudo, não pode levar à conclusão de que a prática de contratação de estágio não obrigatório para estudantes do curso de Pedagogia não deva existir e não exija estudos acadêmicos e geração de ações que impactem na dinâmica das políticas de formação de professores e mundo do trabalho.

Através desse estudo ficou evidenciado que nas dissertações analisadas existem preocupações a respeito do estágio não obrigatório, uma vez que surge como oportunidade de aprendizado da profissão. Porém, por questões socioeconômicas, o estágio não obrigatório perde seu viés formativo e se constitui como um contribuinte para desvalorização do trabalho docente, falta de compromisso com a educação e exploração da mão de obra. Esses aspectos revelam o quanto é necessário um olhar atento para o grupo de estagiários do curso de Pedagogia, tendo em vista que apesar do estágio ser regulamentado pela Lei 11.788/08, muito do que é previsto na legislação se apresentou nas dissertações como imprecisões que precisam ser refletidas e discutidas.

Diante dessa pesquisa, surgem novos questionamentos pra tantas outras futuras pesquisas, a exemplo de: quem é o responsável pela fiscalização dos estágios? quem seria o professor orientador? Quais as condições materiais para que esse acompanhamento ocorra, potencializando a formação docente? São dúvidas relevantes podendo assim ampliar os estudos acerca da temática.

Destarte, o artigo revela ainda que o estágio não obrigatório para estudantes de Pedagogia, apesar de limitações apontadas, continua sendo espaço formativo e interesse dos estudantes, e isso deve ser refletido e discutido, com a intenção de desenvolver políticas públicas em favor dos estágios não obrigatório.

## REFERÊNCIAS

BAYER, F. Estágios não obrigatórios na Educação Infantil: processos formativos de acadêmicas dos cursos de Pedagogia/UFSM. Santa Maria- RS. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de set. 2008.

Brasil. (2015). Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior [...]). Conselho Nacional de Educação. <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>

BOULOS, Y. Didática geral ou especial? Uma contribuição ao debate. IN: FAZENDA, I. C. A. [et al]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas-SP: Papirus, 2012.

BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 7.ed- São Paulo: Cortez 2011.

COSTA, L. D. P. de F. Imagens em claro/escuro: o cenário do estágio não obrigatório na formação inicial de graduandas dos Cursos de Pedagogia. 2016. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

DEMSCHISKI, S. C. A realização de estágio não obrigatório por estudantes de cursos de Licenciatura em Pedagogia: impactos e interesses. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

FIN, A. O Programa Bolsa Estágio Formação Docente e a formação inicial de professores no Estado do Espírito Santo: uma experiência de aprendizagem da docência. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: < <https://bdt.d.ibict.br/> > Acesso em: 23 set. 2023.

KULCSAR, R. O estágio supervisionado como atividade integradora. IN: FAZENDA, I. C. A. [et al]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas-SP: Papirus, 2012.

MACHRY, M. Estágio não obrigatório: gestão de seu acompanhamento no ensino superior. Porto Alegre, 2014.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento e questões do campo científico. Santa Maria. V. 40. N.1. p. 101-11. Jan./abr.2015

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. Estado do Conhecimento: teoria e prática. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NEVES, M. L. (Des) caminhos da valorização docente: o estágio não obrigatório na Educação Infantil em redes municipais de educação da microrregião de Irati – Paraná. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2019.

PEREIRA, L. S. G. A prática do estudante estagiário remunerado com educandos que apresentam deficiência. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

PRETTO, M. E. S. V. O estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na educação infantil. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. - 8 ed. São Paulo: Cortez, 2017

ROCHA, T. P. da. Fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; OLIVEIRA, G. S. de O.; SANTOS, J. A. dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. Programa de Pós-Graduação em educação da universidade Federal de Uberlândia. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 154-174, 2021

SILVA, F. L. Implicações Teórico-Práticas do estágio não obrigatório na formação do Pedagogo: a leitura dos discentes do curso de Pedagogia formados na UFMS/CPTL em 2019. 2022. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus Três Lagoas*, UFMS/CPTL. Três Lagoas-MS. 2022.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWISK, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v.14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014